



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Indígena? Presente! Processos (Inter)culturais de apropriação territorial e (trans)formação identitária indígena em diferentes contextos temporais e espaciais

V 10 | n 19 | jul-dez 2021

Mobilização e protagonismo indígena na ditadura militar: ações das etnias do Mato Grosso do Sul

Éder da Silva Novak; Rafael Pelegrini Serafim



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

NOVAK, Éder da Silva; SERAFIM, Rafael Pelegrini. Mobilização e protagonismo indígena na ditadura militar: ações das etnias do Mato Grosso do Sul. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 146-169, jul-dez 2021. Semestral.

© NAUI

Mobilização e protagonismo indígena na ditadura militar: ações das etnias do Mato Grosso do Sul¹

Éder da Silva Novak²

Rafael Pelegrini Serafim³

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da sistematização e análise da série documental “Demarcação de Terras Indígenas – DTR” da ASI/Funai. Foram abordadas as ocorrências em que aparecem as etnias e terras indígenas do estado do Mato Grosso do Sul, durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, investigaram-se as formas de mobilização destes povos, especialmente na busca pela manutenção de seus direitos territoriais, compreendendo-os como sujeitos históricos e protagonistas, que se destacaram na formação de estratégias políticas e, conseqüentemente, suplantaram a noção vitimizante que, amiúde, se faz deles.

Palavras-Chave: Ditadura Militar; Política Indígena; Territorialidade.

Abstract

This article presents the results of the systematization and analysis of the documentary series “Demarcation of Indigenous Lands – DTR” by ASI/Funai. We addressed the occurrences in which the ethnic groups and indigenous lands of the state of Mato Grosso do Sul appear during the period of the Brazilian civil-military dictatorship. The aim was to investigate how these peoples were mobilized, especially in the pursuit of maintaining their territorial rights, understanding them as historical and protagonists subjects who stood out in the formation of

¹ Agradecemos à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela viabilização deste trabalho através da concessão de uma bolsa de Iniciação Científica.

² Doutor em história. Professor do curso de graduação e pós-graduação em história da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: edernovak@ufgd.edu.br.

³ Graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman. Graduando em História na Universidade Federal Grande Dourados (UFGD). Bolsista PIBIC. E-mail: rafaelpelegrini1989@gmail.com.

political strategies and consequently supplanted the victimizing notion that is often created about them.

Keywords: Military Dictatorship; Indigenous Policy; Territoriality.

O acervo da Assessoria de Segurança e Informações na Funai: monitoramento de informação na ditadura militar

Dada a implantação do golpe civil-militar de 1964, a fim de consolidar a prática repressiva a indivíduos e grupos que pudessem de alguma forma constituir um risco ao novo poder estabelecido, é que se cria em 13 de junho de 1964, por meio da Lei n. 4.341, o Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo como primeiro diretor o general Golbery do Couto e Silva. Este órgão (extinto em 1990) possuía, dentre outras atribuições, a incumbência de fornecer informações a fim de orientar as ações dos órgãos de repressão e do Conselho de Segurança Nacional, especialmente acerca de indivíduos suspeitos de subversão ou com postura que destoasse da ordem estabelecida com o golpe.⁴

Enquanto mecanismo limitado apenas à esfera da “inteligência, vigilância e do estabelecimento de diretrizes para órgãos subordinados” (BRASIL, 2019a) o SNI contou com o auxílio de outras instâncias, dentre as quais se destacam as DSI’s (Divisões de Segurança e Informações), criadas em 1967 e que atuavam nos ministérios civis, e as AESI’s (Assessorias Especiais de Segurança e Informações), criadas em 1971, em empresas públicas, autarquias e fundações. Sendo mais tarde chamada apenas de ASI (Assessoria de Segurança e Informações), suas equipes alocavam-se dentro destas instituições (como fundações e universidades públicas) com o objetivo de monitorar as informações e os indivíduos ali presentes, com vistas a identificar situações de risco à autonomia do governo militar.

O objeto de estudo ao qual se dedicou este trabalho se refere à documentação da ASI instalada na Fundação Nacional do Índio (Funai), fundada em 1967. Esta ASI tinha por objetivo fornecer informações ao Plano Setorial de Informações do Ministério do Interior, a fim de

⁴ Sobre o trabalho do Serviço Nacional de Informações (SNI) cabe a leitura de obras que abordaram de maneira mais aprofundada sua participação no período militar, como “A ditadura escancarada”, de Elio Gaspari (2002), vencedor do prêmio ABL de 2003, que atualiza as informações de como funcionavam os sistemas de repressão durante o período, e “Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura”, de Rubens Valente (2017), que utiliza como uma de suas fontes documentos retirados de outra série do mesmo acervo que discutimos nessa pesquisa.

“estabelecer, coordenar e supervisionar as atividades de informação, contrainformação e de comunicações no âmbito da Funai, coletando dados necessários ao planejamento relativo à segurança nacional” (BRASIL, 2019b). O acervo da ASI na Funai ficou sob poder desta última até ser recolhido pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional, em 2008, passando então por um processo de organização, identificação e digitalização. Recentemente, em 2018, o Arquivo Nacional foi um dos vencedores do selo Memória do Mundo da Unesco, pelo trabalho com o acervo da ASI/Funai (BRASIL, 2018), diante da sua relevância na manutenção de um legado histórico de grande valor.

Este acervo está dividido em 12 séries documentais, totalizando 1.193 arquivos de tamanhos variados, contendo desde cartas, telegramas, ofícios e memorandos simples de uma página apenas a extensos dossiês com centenas de páginas de documentação. A composição desse acervo pode ser compreendida na tabela abaixo, em que vale destacar que as séries estão dispostas conforme Listagem Descritiva do Acervo Nacional (e não por ordem alfabética).

Tabela 1: Séries e quantidade de arquivos do acervo da ASI/Funai

<i>Nome da série</i>	<i>Arquivos</i>
<i>AGR – Administração Geral</i>	16
<i>NRE – Normas e Regulamentos</i>	24
<i>PSS – Pessoas</i>	688
<i>PJU – Pessoas Jurídicas</i>	8
<i>DTI – Diretrizes para a Tutela dos Índios</i>	76
<i>DTR – Demarcação de Terras Indígenas</i>	178
<i>AEC – Atividades Econômicas</i>	8
<i>DCI – Desenvolvimento da Comunidade Indígena</i>	50
<i>DAI – Delitos e Atividades Ilícitas</i>	101
<i>MRL – Missões Religiosas</i>	22
<i>ECI – Entidades com Atuação na Causa Indígena</i>	6
<i>POI – Publicações de Outras Entidades</i>	16
TOTAL	1.193

Fonte: elaborada pelos autores.

No presente trabalho nos dedicamos a analisar a Série Documental “Demarcação de Terras Indígenas – DTR”, sendo composta por 178 arquivos, totalizando 23.901 páginas de documentos de variados tipos, abordando conteúdos diversos, envolvendo processos de demarcação de Terras Indígenas no Brasil e assuntos análogos, como estudos antropológicos e socioeconômicos, informações sobre conflitos agrários entre comunidades indígenas e grupos não-indígenas (como fazendeiros, posseiros, garimpeiros, invasores e grileiros), registros cartorários, situação fundiária de territórios, decretos, atas de reuniões, dentre vários outros.

Esses arquivos, em seu processo de organização pelo Arquivo Nacional, receberam um código identificador que segue as normas arquivísticas do ISAD(G) – General International Standard Archival Description (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística). Para detalhar o significado de cada sigla do código utilizemos o exemplo do arquivo BR.AN,BSB AA3.DTI.DTR.18, com as seguintes descrições:

- BR = Brasil [país onde está o documento]
- AN = Arquivo Nacional [Instituição onde está o documento]
- BSB = Brasília [local onde está o documento]
- AA3 = Fundo/Coleção Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio
- DTI = Diretrizes para tutela dos índios [série, divisão do fundo/coleção]
- DTR = Demarcação de terras indígenas [subsérie, divisão da série]
- 18 = “Levantamento provisório sobre Grupos Indígenas isolados em território brasileiro” [pasta ou dossiê onde se localiza o item, documento]

Acerca da composição de cada arquivo, vale destacar que, dependendo da sua unidade temática, ele pode trazer documentos referentes a várias regiões do País ou fazer parte de um dossiê acerca de uma única região, etnia ou terra indígena específica. Tomemos por exemplo o arquivo 18, denominado “Levantamento provisório sobre Grupos Indígenas isolados em território brasileiro”, de 1988, emitido pela então Coordenadoria de Índios Isolados da Funai, que consiste em informações sobre grupos recém-alcançados pela sociedade não indígena, como a localização, etnia, coordenadas aproximadas e delegacia da Funai responsável, em que, neste caso, como em vários outros, o arquivo traz dados que abarcam regiões diversas do País. Já em outro exemplo, o arquivo 105, denominado “Dossiê Parque Yanomami – Volume VII – Identificação e demarcação de Área para criação do Parque”, como o próprio nome diz, trata-

se de um compêndio a fim de atender a uma demanda mais específica, sobre uma única etnia ou área.

Desses arquivos formados por um dossiê a fim de atender a uma finalidade específica sobre uma única terra indígena ou etnia, os assuntos que mais se destacam são acerca da Operação Yanomami que, dentre outros, atuou na retirada dos garimpeiros da área Yanomami em Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela, e na destruição de pistas de pouso utilizadas por estes, seguido dos dossiês com documentação referente à identificação e delimitação da área para criação do Parque Yanomami (área demarcada em 1992) e outros assuntos afins. Estes documentos somam um total de 26 arquivos da série e 7.599 páginas de estudos, relatórios, planos de ação, recortes de jornais, solicitações de passagens para agentes da Polícia Federal que atuavam na operação, cartas de entidades internacionais em prol dos Yanomami e muitos outros documentos.

Terras indígenas e etnias da região da Amazônia Legal têm destaque na série, em que é possível encontrar, por exemplo, vários dossiês sobre o Parque Indígena do Xingu e os indígenas Txucarramãe e Zoró do Mato Grosso, sobre os Tikuna do Alto Rio Solimões e sobre a Área Indígena Mãe Maria, no Pará. Na região Sul, merecem destaque os vários dossiês referentes à regularização fundiária da Área Indígena Toldo Chimbangue, em Santa Catarina, bem como sobre outras áreas envolvendo os Kaingang do Rio Grande do Sul e do Paraná. Também aparecem dossiês acerca de etnias do Nordeste e Sudeste, como os Kambiwá de Pernambuco, os Guajajara do Maranhão e os Krenak de Minas Gerais, porém, em quantidade bem menos densa. O estado do Mato Grosso do Sul, que possui 11 etnias (CHAMORRO; COMBÈS, 2015, p. 20) e soma mais de 80 mil indígenas (MATO GROSSO DO SUL, 2019), constitui o foco desse estudo e será abordado adiante.

Um método a serviço da História: a sistematização das fontes

A pesquisa se deu tendo como um de seus principais objetivos a identificação e sistematização de documentos que trouxessem alguma informação relevante acerca das etnias e terras indígenas na região do atual Mato Grosso do Sul, especialmente no que tange às estratégias de luta pela demarcação de seus territórios e de sobrevivência destes povos durante o período conturbado da ditadura militar. Levou-se em consideração que o estado do Mato Grosso do Sul (MS) só foi criado em 1977, após a divisão do então estado do Mato Grosso (MT). Portanto, cabe destacar que nossa pesquisa se ateve apenas a documentos referentes à

região do atual MS, ainda que alguns desses, anteriores à divisão, possam aparecer com a sigla MT. Como algumas etnias do estado do Mato Grosso do Sul, especialmente da região Cone Sul, também estão presentes no Paraná, alguns documentos contendo citações referentes a esse último também foram analisados, a fim de auxiliar na obtenção de informações mais completas.

Para facilitar a pesquisa, primeiramente procedeu-se uma organização de todo o acervo disponibilizado, uma vez que este foi recebido fracionado em cinco CDs, com os arquivos dispostos de maneira solta e não divididos em diretórios por séries afins. Foram organizados em pastas pelo nome da série correspondente. Em seguida, os arquivos da série Demarcação de Terras Indígenas – DTR foram sistematizados em uma pasta de trabalho do Microsoft Excel, divididos em três planilhas: Mato Grosso do Sul, Paraná e Todos. As duas primeiras, como os nomes sugerem, trazem os arquivos que possuem citações dos referidos estados, o que não quer dizer, contudo, que não possuam informações de outras regiões, considerando por exemplo os grandes dossiês com situações diversas. A planilha “Todos” é mais simplificada e contempla uma visão mais geral sobre o conteúdo dos arquivos, tal qual foram identificados pela equipe do Arquivo Nacional.

Nas planilhas Mato Grosso do Sul e Paraná foram inseridas as seguintes colunas: notação do arquivo,⁵ datação, número de páginas, páginas que contenham a citação,⁶ emissor, destinatário, tema/assunto, etnia ou terra indígena, estado/região, sujeitos citados e informações sobre o volume, conforme exemplo abaixo.

Imagem 1: Parte da planilha sistematizada com informações do acervo ASI/Funai

Notação	Data	Número de páginas	Páginas citadas	Emissor/Remetente	Destinatário	Tema/Assunto
BR.AN,BSB AA3.DTI.DTR.176	1989	43	8,10,11,28,29	MINTER/Divisão de Segurança e Informações	S/D	GTI – Situação Fundiária das Terras Indígenas no Território Nacional, com total de áreas registradas, demarcadas, identificadas e a identificar

Terra indígena/etnia (trecho do arquivo)	Estado/Região	Sujeito/nome citado	Informações
Kaiowá, Guarani, Terena, Guató, Kinikinao, Kadiwéu, Camba	MS e outros	S/D	Aponta a situação fundiária em vários municípios do MS como Amambai, Caarapó, Dourados, Miranda, Maracaju, Nioaque e outros

Fonte: elaborada pelos autores.

⁵ Código pelo qual ele é identificado no acervo do Arquivo Nacional.

⁶ Leve-se em consideração que vários dossiês possuem centenas de páginas sobre terras indígenas em diversas partes do Brasil, sendo necessário o destaque das páginas relevantes à pesquisa.

A notação corresponde ao código de identificação no acervo do Arquivo Nacional, cujo significado de cada sigla já foi especificado anteriormente. Em “Data”, temos o ano de emissão do documento, ou, em se tratando de vários documentos com datas distintas, a coluna mostrará a data do documento mais antigo seguida da data do mais recente. O mais antigo documento encontrado na série data de 1968, enquanto que o mais recente é de 1996. Devemos levar em consideração que o Serviço Nacional de Informações só seria extinto em 1990, isto é, cinco anos após o fim da ditadura militar. Sendo assim, é possível que várias instituições tenham mantido o funcionamento de alguns setores, como o de arquivo, aos moldes do antigo aparato administrativo, por algum tempo. Logo, é possível encontrar no acervo alguns arquivos que não necessariamente passaram pelas mãos da ASI.

“Páginas citadas” correspondem àquelas que contêm alguma citação ou referência ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, etnias e terras indígenas na região do atual Mato Grosso do Sul. Em “Emissor”, temos a origem do documento, o órgão ou setor que encaminha o documento ou dossiê a outrem. Vale destacar que, em casos de dossiês com vasta documentação sobre alguma situação específica, será considerado como emissor o órgão (ou a pessoa) que envia ou organiza estes documentos, que podem ser de várias fontes, isto é, o emissor nem sempre é o autor dos conteúdos presentes no arquivo, mas apenas aquele que o encaminha ao setor competente. O “Destinatário”, como o próprio nome diz, é o órgão ou autoridade ao qual o documento ou dossiê se encaminha. Na maioria das vezes, encontram-se nessa coluna os presidentes da Funai ou chefes da ASI ou DSI, mas também há muitos documentos em que não foi possível identificar a quem se destinaria, permanecendo a sigla S/D (sem definição).

Em “Tema/Assunto”, pode-se ver um resumo do conteúdo do arquivo, que auxilia uma rápida visualização acerca do que será encontrado em suas páginas, além de evitar que o pesquisador, ao fazer uso da planilha no futuro, desperdice um documento que pode conter informações sobre outras áreas apenas por estar inserido na Planilha Mato Grosso do Sul. O exemplo do recorte destacado anteriormente é uma ilustração para essa hipótese: ainda que esteja inserido na planilha Mato Grosso do Sul, aponta para o fato de conter informações sobre outras áreas, pois se trata de um documento que aborda a situação fundiária nacional.

“Terra indígena/etnia” se refere a áreas ou grupos citados nas páginas destacadas na quarta coluna, lembrando que, como no exemplo anterior, muitas vezes o arquivo traz informações de outras etnias de regiões diversas do Brasil. Contudo, a planilha em questão se reserva a analisar as etnias do estado do Mato Grosso do Sul. Essa coluna é seguida por “Estado/região” e por “Sujeito/nome citado”, que podem trazer nomes de personagens citados

no documento, como líderes indígenas, políticos, fazendeiros e estudiosos. O campo “Informações” traz mais dados focados no Mato Grosso do Sul ou Paraná.

Após a elaboração das informações que seriam úteis a serem acrescentadas nas planilhas, passou-se para o processo de busca das ocorrências. Diante da grande quantidade de documentos e como seria demasiado dispendioso ler um a um, a princípio, como os arquivos estão em formato PDF pesquisável, a estratégia mais precisa pareceu ser a de procurar por palavras-chave (como o nome do estado e sigla) dentre os arquivos da série, a fim de identificar documentos com citações referentes ao nosso campo de estudo. Todavia, como várias terras indígenas e etnias podem ser escritas de maneira diferente (como Kaiowá, que às vezes aparece como Kaiwá), bem como o mecanismo de busca possa não identificar palavras em documentos rasurados ou com resolução ruim, ou ainda, diante da possibilidade variada de palavras-chave, procedeu-se a uma análise página por página, identificando-se ao final 38 arquivos contendo documentos que citam municípios, terras indígenas, etnias ou indivíduos do Mato Grosso do Sul.

A sistematização das fontes em planilhas se deu de modo a permitir que o pesquisador que faça uso delas no futuro possa ter uma visão geral da série, facilitando a identificação de documentos úteis à sua pesquisa, trazendo uma breve descrição dos assuntos que serão encontrados nos documentos, valorizando, como já citado, aqueles que tragam informações sobre o Mato Grosso do Sul.

Delimitando a pesquisa geograficamente: referências ao Mato Grosso do Sul

Os 38 arquivos com referências ao estado do Mato Grosso do Sul encontrados na série constituem-se especialmente de dossiês da Coordenadoria de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), os quais abordam a situação fundiária de terras indígenas no Brasil em determinados períodos, balanços de atividades, quadros demonstrativos, processos de demarcação em tramitação, entre outros; dossiês do Grupo Executivo das Terras do Araguaia (Getat), órgão criado em 1980 para “coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão” (BRASIL, 1980), mas que apresenta documentos sobre diversas regiões do País, como estudos socioeconômicos e etno-históricos, atas e pareceres sobre processos demarcatórios, levantamento de dados sobre mortes em conflitos agrários e depoimentos acerca

destes casos, dentre outros; e também alguns dossiês do já citado Mirad, sobre áreas das etnias Guarani e Kaiowá a passarem por processo de estudos visando sua demarcação.

Destes 38 arquivos, seis em seu inteiro teor tratam exclusivamente de alguma situação referente ao Mato Grosso do Sul, todavia, documentação muito relevante acerca das etnias e terras indígenas deste Estado foi encontrada “diluída” em outros documentos. Por essa razão, a importância destes dados serem sistematizados a fim de facilitar uma pesquisa futura. Das etnias presentes no Mato Grosso do Sul encontramos documentos que contemplam ao menos oito delas, a saber os Guarani Ñandeva (ou apenas Guarani)⁷, Kaiowá, Kadiwéu, Terena, Kinikinao, Ofaié, Guató e Camba, ressaltando que as ocorrências que aparecem em maior número referem-se às quatro primeiras.

Conquistando um espaço negado: demarcando territórios na História brasileira

Uma vez tendo sido apresentados estes dados sobre a série e os resultados de nossa busca, cabe-nos antes de prosseguir, perguntar: mas afinal, qual a importância dessa pesquisa ou que tipos de argumentos justificariam sua relevância e qual sua contribuição para a historiografia indígena atual? Para responder a esta questão e antes de nos aprofundarmos nas referências encontradas, é necessária uma breve reflexão acerca de como a esfera acadêmica tem lidado com a figura do indígena, bem como qual tem sido o lugar reservado a este sujeito em nossa historiografia oficial.

Como apontam Novak e Novak (2020, p. 37), “grande parte da historiografia brasileira omitiu/excluiu o protagonismo indígena dos processos sócio históricos”, isto é, por muito tempo foi negado ao indígena ocupar uma posição de protagonista diante da história da formação de nosso País. A primeira grande obra historiográfica brasileira – História Geral do Brasil (1854), de Francisco Adolfo de Varnhagen – fundaria os alicerces de como seria pensada a participação do indígena na história do Brasil até o início da segunda metade do século XX, manifestando reflexões que tendiam à assimilação dos povos indígenas diante da cultura

⁷ Cabe destacar que existem atualmente ao menos três grupos que recebem a alcunha “Guarani”, a saber, os Kaiowá, os Ñandeva e os Mbya. No entanto, ao menos no que tange às referências a estas etnias quando relacionadas ao Mato Grosso do Sul, a documentação da ASI costuma apenas diferenciar os Kaiowá de outro grupo, denominado muitas vezes apenas como Guarani, o qual acreditamos se tratar dos Ñandeva, considerando especialmente que no Estado este grupo é o único que se autodenomina como Guarani. Isto é, seguindo a proposta de Chamorro; Combès (2015, p. 721), o padrão de identificação das etnias utilizado neste trabalho estará alinhado com a distinção definida pelos próprios indígenas acerca de como se denominam.

hegemônica, o que reforça o estereótipo do índio como aquele que sempre estaria sob uma condição de tutela, assumindo papéis secundários ou fadado a uma atuação apenas para atender interesses de outros (ALMEIDA, 2010, p. 13). Acrescenta-se a isto o fato de que as principais correntes do pensamento antropológico do século XX ignoravam o indígena que houvesse passado por processos históricos de mudança, entendendo a cultura dos povos primitivos como imutável e somente esta mereceria local de destaque (ALMEIDA, 2010, p. 15).

Vale também destacar que há pouco tempo os povos ágrafos eram ainda considerados como que sem história: fontes orais, mitologia ou a cultura material de um povo eram descartados como fontes fidedignas para a historiografia oficial, o que ajudaria a reforçar a fala de Varnhagen acerca dos povos indígenas que eram “[...] povos na infância não há história: há só etnografia” (1854 *apud* ALMEIDA, 2010, p. 17). As correntes historiográficas ocidentais, o que inclui a brasileira, eram muito influenciadas pelo historicismo metódico ou positivista, em que o documento escrito constituiria uma prova fiel do passado que, não sendo passível de interpretação ou questionamento, deveria ser apenas “lido”, pois já continha a história em si.

A inclusão de outros tipos de fontes só seria possível após as obras da escola dos Annales e dos materialistas históricos, que impulsionaram uma história interpretativa que, por sua vez, viria a influenciar o movimento da Nova História (segunda metade do século XX), responsável por ampliar o conceito de “documento”, agregando fontes de cultura material e literatura (SILVA; SILVA, 2009, p. 158-159). Esta “nova fase” do campo da historiografia seria especialmente importante para estabelecer os alicerces de uma pesquisa historiográfica mais sensível à atuação dos povos indígenas.

Como destaca John Manuel Monteiro (1995, p. 223) um novo indigenismo seria fomentado a partir da atualização dos pressupostos antropológicos, que passariam a valorizar também a necessidade de “fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos índios” e não apenas o compromisso acadêmico:

Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e da conquista (MONTEIRO, 1995, p. 223).

Como defende Almeida (2010, p. 28), os indígenas por muito tempo estiveram ausentes da historiografia, contudo, não da História. A autora reflete a cultura como produto “histórico, dinâmico e flexível” em que é necessário entender os povos indígenas além de uma análise reducionista das relações entre índios e não índios, na qual uma cultura está condenada a

sucumbir perante a outra, mas por meio de uma perspectiva de “apropriação e ressignificação cultural”, visto que, muitas vezes, para preservar sua existência, o indígena teve de valer-se dos meios disponíveis que não se resumiam apenas a “resistência armada, fuga ou submissão passiva”. Foram várias as maneiras encontradas pelos povos indígenas de preservar seus modos de vida e buscar melhores condições para suas comunidades, o que se associa ao conceito formulado pelo autor Steve Stern (*apud* ALMEIDA, 2010, p. 23) de “resistência adaptativa”. Portanto, esta pesquisa vem destacar algumas dessas estratégias entre as etnias do estado do Mato Grosso do Sul, durante o período da ditadura militar, em que foram muitas as situações que colocavam em risco seus direitos, neste caso específico, aos seus territórios tradicionais. Reflitamos agora sobre algumas destas estratégias, identificadas na documentação analisada.

Análise dos documentos

Como observado, o processo de transformação pelo qual vêm passando muitas etnias indígenas – com as do Mato Grosso do Sul não é diferente – em vez de contribuir para o seu desaparecimento tem, pelo contrário, fornecido mecanismos que reforçam a luta pelos seus direitos.

Portanto, essa pesquisa também se constitui como a sistematização de um conhecimento que intente destacar a participação indígena na construção, não apenas de sua própria história, mas na história do Brasil. Como destaca o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016, p. 16), essa participação, desde a historiografia de Varnhagen até momentos mais recentes, tem sido apresentada de maneira muito “exotizante e repetitiva”. Oliveira nos leva a refletir como a própria historiografia brasileira e seus representantes mais ilustres, dentre os quais Capistrano de Abreu (1883), ao saudar a obra de Victor Meirelles (*A primeira missa no Brasil*) como uma legítima “certidão de nascimento” do País, ajudou a reproduzir este estereótipo do indígena como mera testemunha dos acontecimentos que viriam a sedesenrolar. Nessa obra, vale destacar, os indígenas são retratados como que compoem o cenário, quase que fundindo-se à natureza ao redor. Quando não vistos como meros agentes passivos diante do processo de conquista, narrativas que colocassem o indígena como o mau, o selvagem ou o antropófago vinham como um elemento amenizador de toda violência recebida por ele durante esse processo de conquista (OLIVEIRA, 2016, p. 19).

Como que buscando encontrar nos povos indígenas esses mesmos personagens com os quais se depararam os portugueses, com suas características originais e imutáveis, muitos

antropólogos do século XX acabaram por ignorar o indígena que tivesse passado por processos históricos de mudança cultural, em que, para aqueles, as relações de contato eram tidas como “relações de dominação/submissão, nas quais uma cultura se impunha sobre a outra, anulando-a” (ALMEIDA, 2010, p. 16). Cabe então enxergarmos as ações dos povos indígenas no decorrer da história, que é também sua, fora de uma perspectiva assimilacionista, mas também, e especialmente, estratégica. Vale lembrar que a cultura é dinâmica, e “a identidade cultural de um povo não se constrói numa situação de isolamento”, mas que o contato com outras culturas reforça e ressignifica muitos aspectos desta que deve ser compreendida à luz de “condicionamentos históricos e contextos específicos” (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014, p. 30).

Ou seja, a adoção de alguns aspectos culturais não necessariamente anula a identificação de um indivíduo com determinado grupo e os mecanismos da cultura do “homem branco”, admitidos por muitos povos indígenas no decorrer de sua história, precisam ser compreendidos dentro de um contexto específico, muitas vezes de desequilíbrio de poder, em que para garantir sua sobrevivência, conquistar direitos ou a manutenção dos já adquiridos, os povos indígenas tiveram que utilizar-se de mecanismos e políticas pouco convencionais em sua cultura. Citaremos alguns exemplos agora, embasados no acervo da ASI/Funai.

Encontram-se na série, por exemplo, documentos que apontam reivindicações de comunidades e lideranças indígenas realizadas aos órgãos competentes da esfera federal. O arquivo 16, por exemplo, que constitui um dossiê sobre processos de demarcação das áreas Guarani e Kaiowá de Jaguary (Amambai), Jarará/Vila Juty (Caarapó), Jaguapiré (Tacuru) e Cerrito (Eldorado), apresenta na página 9 uma carta endereçada à Funai, tendo por remetente Amilton Lopes (1987), liderança Kaiowá que denuncia uma ação de despejo ocorrida na aldeia Jaguary e empreendida por um fazendeiro da região. Na carta, o líder Kaiowá solicita intervenção da Funai diante do ocorrido. Como adendo, em uma rápida pesquisa na Internet, encontramos trabalhos acadêmicos que se referem à morte sem esclarecimento de um também Amilton Lopes Kaiowá, sobre a qual caberia uma pesquisa mais aprofundada para atestar se é a mesma liderança que assina esta carta, partindo do pressuposto de que a morte de lideranças sempre foi mecanismo bastante utilizado a fim de enfraquecer a resistência do movimento indígena.

Algumas obras (SILVA, 2005, p. 75) mostram o engajamento de Amilton (ou Hamilton, como aparece em outras fontes) na luta para reaver os antigos territórios expropriados, passível

de hostilidades por parte de grandes latifundiários. As frases abaixo reafirmam o compromisso do Kaiowá para com seu povo:

Não pediram licença para tirarem nossa terra, não pedimos licença para recuperar nossa área. Nosso povo precisa de terra para viver, a terra é nossa mãe e nós vamos retomar ela (NASCIMENTO, 2008, p. 75).

Pisaram em cima de nós, mas ainda temos raiz, vamos brotar, crescer e dar frutos (HECK, 2015).

Porta-voz da Aty Guasu ou Grande Assembleia, uma espécie de conselho político regional de indígenas do sul do estado, Amilton, que também era estudante de Licenciatura Intercultural Teko Arandu⁸ da Universidade Federal da Grande Dourados, foi encontrado morto dentro de um rio nas proximidades da aldeia de Pirakuá, no município de Bela Vista/MS, em setembro de 2012, e sua morte permanece até hoje impune.⁹

Outro arquivo (63/páginas 6-10) apresenta também uma carta (1985), desta vez ao presidente da República, José Sarney, e assinada por lideranças de várias etnias do Brasil, como os Terena, Kaingang, Tuxá, Pankararé e Pataxó, que traz vários posicionamentos dos povos indígenas acerca dos rumos da política indigenista no pós-ditadura militar, divididos em seis pontos principais, os quais citaremos resumidamente.

No primeiro ponto, o grupo denuncia e afirma ser contrário ao protecionismo e o paternalismo usado para com alguns indígenas, a fim de favorecer presidentes nomeados (provavelmente da Funai), “gastando dinheiro em Brasília” e prejudicando assim a assistência às comunidades. Entendemos que se trata de uma estratégia utilizada por estes políticos, isto é, “serem vistos” com indígenas que beneficiavam de alguma maneira para dar uma impressão de apoio por parte das comunidades como um todo. Indígenas estes, porém, que não representavam os interesses das suas comunidades de origem. O ponto 5 da carta dá mais uma amostra da contrariedade do grupo que a assina a este tipo de prática:

Somos contra a nomeação de índios para a ocupação de cargos de índios dentro da Funai que não tenham compromisso com as aldeias e se deixam levar pela conversa dos brancos.¹⁰

⁸ Acadêmico da UFGD é encontrado morto dentro de rio na região de Bela Vista. *Dourados News*, 2012. Disponível em www.douradosnews.com.br/policia/lider-indigena-e-encontrado-morto-dentro-de-rio-na-regiao-de-bela-vist/456884/. Acesso em 18 de julho de 2020.

⁹ Disponível em www.campograndenews.com.br/cidades/interior/lider-indigena-e-encontrado-morto-dentro-de-rio-na-regiao-de-bela-vista. Acesso em 18 de julho de 2020.

¹⁰ Arquivo 63, p. 6.

Denunciam a prisão por parte da Polícia Militar de Mato Grosso e tortura de índios Rikbatsa, enquanto defendiam suas terras, apontando que até o momento da redação da carta, nada havia sido feito a fim de punir os responsáveis ou agilizar o processo de demarcação destas terras (não especificadas na carta). Afirmam que o então secretário geral do Minter, Maurício Vasconcelos, teria sido o mandante dos atos citados, e o superintendente da Funai, Apoena Meireles, co-autor das agressões, denominando também o antropólogo Célio Horst como “executor dos espancamentos e tortura”.¹¹

Afirmam que são contrários ao projeto em voga na época de descentralização da Funai, o que acreditavam ser uma maneira de o governo federal não ter compromisso social com os povos indígenas, ao passar o comando do órgão aos estados e municípios. Defendem ainda que são contra o que chamam de “emancipação”, mostrando que primeiro precisam recuperar suas terras para, depois, sim, decidirem os destinos de suas vidas. Não querem, nesse ponto, ser dirigidos por “brancos”.

Sobre este ponto é válida a reflexão de Oliveira (2016, p. 19) quando mostra que, embora visto como antagônico a práticas mais radicais como o extermínio de grupos vistos como empecilhos ao empreendimento colonial, o regime de tutela foi mecanismo bastante utilizado de maneira alternativa, porém, solidária ao colonialismo. Ao citar a gravura de Joan Stradanus Invet, “Vespúcio descobre a América”, o autor lembra da forma como a iconografia, atribuindo a América o aspecto de uma jovem, nua, pagã e canibal, que precisa do esclarecimento e civilização do europeu, auxiliou na criação de um imaginário que não apenas justificasse os processos de conquistas sofridos no continente, mas que o colocasse como a própria salvação das populações pagãs que nele habitassem. Legados deste tipo de imaginário perduram até os dias de hoje e na época da ditadura militar não foi diferente.

A condição de tutor não é somente uma ferramenta para o cumprimento de finalidades econômicas, morais ou religiosas; ela outorga a alguém um poder de mando múltiplo e polimórfico, frequentemente exercido sobre outrem sem qualquer limite e fiscalização, raramente contestado e controlado (OLIVEIRA, 2016, p. 19).

Por fim, o grupo reivindica a demissão de alguns funcionários da Funai e Minter do período militar, dentre os quais os três citados acima, por serem pessoas que tornavam difícil alcançar uma “política indigenista democrática”, trazendo uma lista com o nome destes e fazendo graves acusações sobre suas ações no período militar (como de agressões, facilitação

¹¹ Arquivo 63, p. 7.

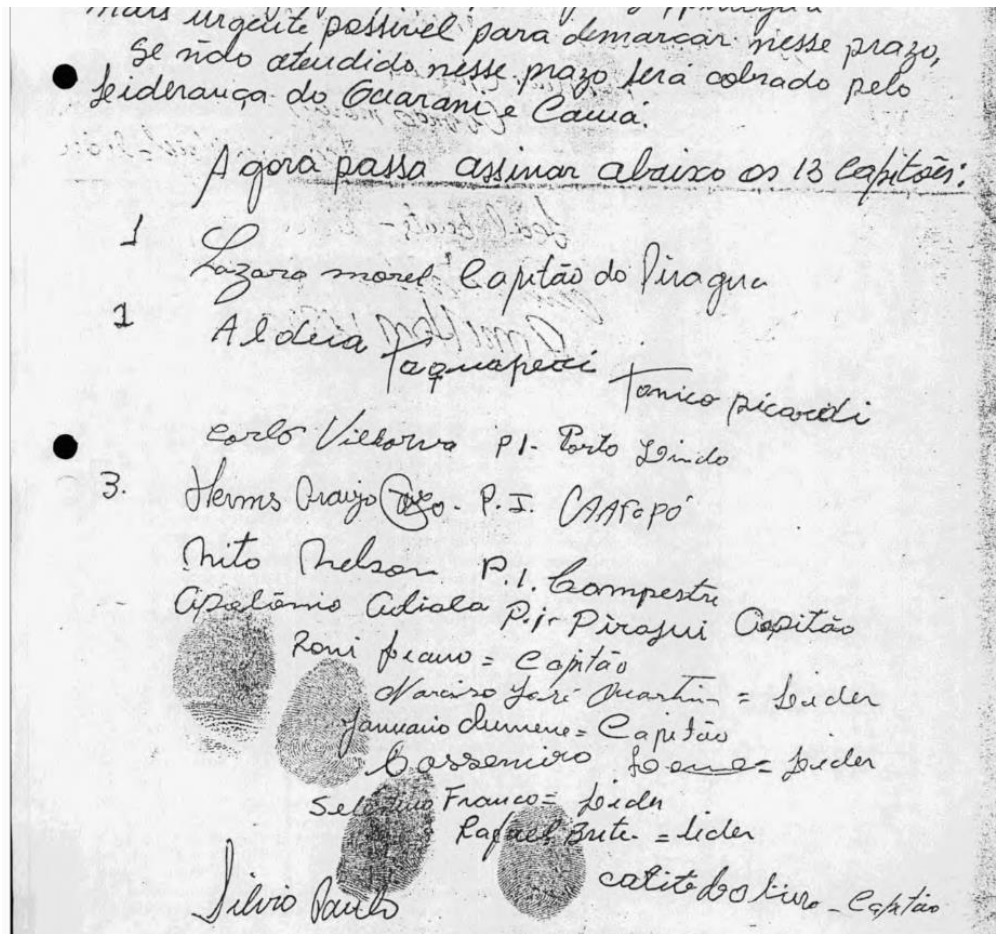
do esbulho de terras, tortura e mesmo a tentativa de enterrar uma criança Xavante viva). Por ser escrita pouco depois do fim da ditadura militar, as lideranças destacam que a escreveram “com medo inclusive de um retorno dos tempos de governos que prendiam, batiam e matavam índios, sem punição”.

Podem-se identificar ao menos duas lideranças indígenas sul mato-grossenses assinando a carta, a saber, um cacique da Aldeia Bananal, cujo nome está ilegível, provavelmente Terena, da região de Aquidauana, e outro líder Terena de nome Reginaldo Miguel. Acerca deste último, encontramos informações em uma tese de doutorado, orientada por Maria Regina Celestino de Almeida, de que um Reginaldo Miguel, também Terena, pastor evangélico, atuou como liderança indígena na Aldeia Lagoinha em Aquidauana, a partir da década de 1970 (VARGAS, 2011, p. 113).

Seguindo uma estratégia parecida de reivindicação a instâncias superiores, vemos a mobilização dos indígenas Kaiowá no arquivo 39 (página 12), que documenta a ida de lideranças ao Mirad em agosto de 1985, a fim de solicitar urgência no processo de demarcação da Área Indígena Takuaraty/Yvykuarussu, no município de Amambai, de onde os Kaiowá foram expulsos em 1976, iniciando uma marcha de volta anos depois, que se concluiria em 1983, liderados pelo cacique Pancho Romero. As lideranças citadas são de áreas indígenas diversas, demonstrando a preocupação de um grupo com o outro, mas também a articulação dessas lideranças a fim de fortalecer a luta e atender aos interesses do grupo local. Participaram desta comissão Amilton Benitez e Rafael Vitor (AI Paraguaçu/Paranhos), Carlos Vilhalva (AI Jacarey/Japorã), Orlando Jimenez (AI Jaguapiré/Tacuru), Otávio Pires (AI Pirajuí/Paranhos). Também acompanhou a comissão o antropólogo e coordenador do Projeto Kaiowá-Nhandeva, Celso Aoki.

As lideranças defenderam que a área delimitada não atendia às necessidades da comunidade por ser carente de trechos de mata e por deixar de fora a casa de uma família. Outro ponto importante que destaca seu apreço aos antepassados e a relevância dos aspectos simbólicos da comunidade é que pedem que um antigo cemitério seja incluído na área a ser delimitada. Em anexo, temos documento formulado em reunião do grupo indígena local e levado ao Mirad por essa comissão, em que ele dá um prazo de cerca de dois meses para resolução da questão, assinado por 13 lideranças (capitães), como pode se ver abaixo.

Imagem 2: Parte do documento com as assinaturas das lideranças indígenas.



Fonte: ASI/Funai, DTR.39, p. 13.

Outros líderes-conselheiros assinam a carta, dentre os quais um Amilton Lopes, provavelmente o mesmo Kaiowá já citado. Não encontramos no dossiê informações sobre o atendimento a essas reivindicações, pois as informações sobre as áreas, por fim demarcadas, constam de dados geográficos e coordenadas de difícil interpretação para um não especialista, como se pode ver abaixo:

Imagem 3: Parte do documento analisado

LOCALIZAÇÃO		
MUNICÍPIO: AMAMBAI	ESTADO: MATO GROSSO DO SUL	
UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 9ª DELEGACIA REGIONAL		
COORDENADAS DOS EXTREMOS		
EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	23°43'50" S	55°10'00"Wgr.
LESTE	23°45'10" S	55°07'40"Wgr.
SUL	23°47'28" S	55°11'09"Wgr.
OESTE	23°46'42" S	55°11'51"Wgr.

Fonte: ASI/Funai, DTR.39, p. 43.

O arquivo 171, página 13, aponta que em outra ocasião o Mirad recebeu uma comissão de indígenas, desta vez da etnia Kadiwéu, não apontando com especificidade o assunto a ser discutido, dizendo apenas que seria devido a reivindicações de cunho fundiário.

Todavia, não poucas vezes durante o período em questão, as autoridades civis e militares utilizaram-se de sua influência para beneficiar grupos que vissem nos índios uma ameaça aos seus empreendimentos, em detrimento dos direitos da comunidade indígena. Toma-se como exemplo o episódio retratado no arquivo 16,¹² acerca da área indígena Jaguapiré, no município de Tacuru. Em março de 1985, poucos dias antes de marcar-se o fim da ditadura militar, funcionários de uma fazenda, acompanhados de outros 24 homens, três dos quais agentes da Polícia Militar de Tacuru, teriam protagonizado o violento despejo da comunidade Guarani/Pai-Kaiowá, que residia nas proximidades da fazenda. O despejo teria ocorrido com conivência do então prefeito da cidade, Ayrton de Lima Mello. Segundo o relato do antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, a ação mostrou-se ainda mais grave ao revelarem-se as vítimas: 3 idosos, 9 crianças menores de 10 anos, 5 adolescentes, 4 mulheres e 5 homens. O relato de testemunhas:

[...] só os policiais estavam armados, os outros só tinham facas. E foram violentos. Gritaram, empurraram e golpearam os índios para que subissem no caminhão e não permitiram, também com violência, que descessem. Aí os campeiros destruíram casas.

¹² Arquivo 16, p. 167, 172, 198, 225.

Todas. Com machado cortaram os paus que tinham forquilha e as casas caíram, e em seguida atearam fogo em três casas e aterraram todas com trator.¹³

Embora a violência da ação, cabe destacar, como nas palavras do antropólogo citado, que este grupo indígena soube bem utilizar de uma forma de “resistência pertinaz em desocupar o lugar que sabem ser seu”.¹⁴ Três semanas depois do despejo, o grupo já pôde retornar, por meio de intervenção da Funai e apoio da Polícia Federal.

Em virtude disto, percebemos que não se deve homogeneizar a reação dos povos indígenas à conquista (em diversas épocas), nem tampouco atribuí-la ao dualismo reducionista que se estabeleceu no período colonial “índio bom *versus* índio bravo”. A subjugação em momentos oportunos também constitui uma estratégia política do grupo, ao identificar uma situação de risco para a comunidade.

Muitos revelam apenas a imposição da sociedade europeia e seus descendentes sobre os povos indígenas, como se estes compusessem uma sociedade alienada, sem políticas próprias e sem culturas específicas e distintas entre suas variadas etnias. Há ainda aqueles que adotam a ideia de vitimizados, coitados dos índios, foram mortos pelos europeus e seus descendentes e os sobreviventes inseridos na sociedade nacional. São análises históricas ainda insuficientes, pois pecam em seu aprofundamento metodológico e teórico, adotando uma postura de interesses pessoais e/ou políticos ou simplesmente são frutos de algumas variações apaixonantes de seus respectivos autores (NOVAK; NOVAK, 2019, p. 42).

Vale ainda destacar que as alianças com entidades diversas (igrejas, universidades, grupos de apoio aos direitos humanos) amplificaram a visibilidade da luta indígena pela demarcação de suas terras ao final da década de 1970, alcançando a opinião pública. O arquivo 106, por exemplo, traz diversas correspondências de entidades internacionais em apoio à criação do Parque Yanomami ou fazendo outras reivindicações em prol das etnias da região.

O arquivo 16, citado várias vezes por se tratar de um dossiê sobre quatro áreas indígenas diferentes, traz documentos que destacam a Cia. Mate Laranjeira¹⁵ e como ela, a partir do final do século XIX, participou ativamente no processo de expropriação dos territórios Guarani e Kaiowá do Cone Sul do estado, bem como da utilização da mão de obra indígena nos ervais, onde muitos o faziam “em parte atraídos ou então compelidos”.¹⁶ Cabe ressaltar que esta permanência na área, ainda que prestando um serviço em condições análogas à escravidão,

¹³ Arquivo 16, p. 226.

¹⁴ Arquivo 16, p. 222.

¹⁵ Arquivo 16, p. 5, 14, 17, 24, 31, 32, 75, 76, 87, 98, 114, 195, 240, 246, 247.

¹⁶ Arquivo 16, p. 87.

também consiste em uma estratégia de sobrevivência e de certa manutenção da relação com seu Tekoha.¹⁷

Não é possível entender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem – ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais (OLIVEIRA, 2016, p. 7).

É importante conhecer minimamente este histórico, pois do mesmo modo que houve um fluxo migratório muito grande para os grupos indígenas que optaram por não servir à companhia na extração da erva-mate, ocorreram grupos que retornaram anos depois a fim de reivindicar seus territórios tradicionais (como é o caso da área indígena Jarara/Vila Juty, em Caarapó e de Cerrito, em Eldorado). Nesse novo contexto, recorrendo à intermediação da Funai, numa clara demonstração de como a mobilização indígena movimentou o aparato público. Estes casos, como muitos outros, mostram que fugas e retornos em momento oportuno se enquadram muito bem na proposta de “resistência adaptativa” apresentada por Steve Stern.

Outra área que por várias ocasiões foi palco de conflitos entre indígenas e não indígenas é a Reserva Indígena Kadiwéu, em Bodoquena. O arquivo 21 narra situação ocorrida em 1977, em que posseiros e grileiros constantemente invadiam áreas dentro do perímetro da reserva, com a premissa de que os Kadiwéu estariam ocupando espaço maior do que o delimitado. Um trecho do documento afirma que várias invasões teriam ocorrido sob liderança de um vereador do município de Miranda, Manoel Rodrigues de Oliveira. Outro trecho do arquivo traz um relatório do antropólogo George de Cerqueira Leite Zarur, de 1972, já naquela época a situação da área Kadiwéu se mostrava conflituosa.

A posse da terra é não apenas um problema econômico, mas também político. Arrendatários e fazendeiros têm invadido as terras que sobram aos índios, soltando o gado em suas colheitas e comportando-se como conquistadores, frente a um povo vencido (prostituído mulheres, dando tiros etc.). Justificam seu comportamento e violência considerando os índios como inferiores.¹⁸

As constantes invasões e loteamentos de partes do território para a venda a quem ignorava o direito dos Kadiwéu levaram-nos a tomar uma medida mais drástica: em 10 de setembro de 1977 aprisionaram 17 pessoas dentre estes invasores. Esta ação mobilizou uma equipe da Funai

¹⁷ O Arquivo 39, p. 19, disponível no próprio acervo da ASI, objeto de nossa pesquisa, aponta a definição de Melliá para a expressão Tekoha: “lugar onde vivemos segundo o nosso modo de ser, segundo nossos costumes”. (MELLIÁ, 1982).

¹⁸ Arquivo 21, p. 15.

a averiguar o ocorrido. Na ocasião, três dias depois da prisão dos posseiros, houve uma reunião entre estes últimos, os indígenas e os agentes da Funai, em que as lideranças Kadiwéu informaram um prazo de 15 a 20 dias para a retirada total dos invasores, libertando os posseiros presos ao fim da reunião. Considerando a iminência de um conflito na área, a equipe da ASI, redatora do documento que inicia o dossiê, solicita presença dos órgãos competentes (Funai e Incra) que compareçam à região, a fim de desfazer os boatos de que a área ocupada pelos Kadiwéu seria maior do que a área delimitada para este fim, informação inverídica que motivaria a ação dos posseiros e grileiros.

Há ainda outros documentos solicitando apoio militar na região, a fim de evitar maiores conflitos. O arquivo 152 é um apanhado de telegramas com informações de diversas categorias e para atender demandas variadas. Entre eles, encontramos exemplos que remetem a situações de conflito no Mato Grosso do Sul. A partir da página 2, temos um telegrama que tem como origem algum tipo de jurisdição regional da ASI, endereçada ao presidente da Funai em 1987, informando a denúncia das comunidades indígenas de Jaguapiré (Tacuru) e Jarara (Juti) de que, por ocasião da execução de ordens de despejo em algumas comunidades na região,¹⁹ a Polícia Militar do Estado estaria agindo com violência demasiada, com um contingente excessivo de homens armados, fazendo uso de bombas de gás lacrimogêneo e efetuando disparos de arma de fogo.

A denúncia mostra que estas ações constituíam uma violência “muito mais traumatizante para essas comunidades que têm uma compreensão totalmente diversa da realidade e que são, portanto, muito mais sensíveis a essas violências”. Informa ainda que a comunidade de Jaguapiré estaria recebendo ameaças de fazendeiros, policiais e mesmo de funcionários da Funai, o que fomentava o temor por um despejo iminente. Vale destacar que, no momento dessas denúncias, a terra indígena Jaguapiré estava ainda em fase de identificação, somente sendo homologada anos mais tarde, em 1992,²⁰ o que certamente infligia sobre suas comunidades grande nível de tensão. Jarara teria uma homologação um pouco mais tardia, em 1993.²¹

No mesmo arquivo (páginas 297 e 298), há outro telegrama contendo denúncias de lideranças indígenas do município de Miranda, provavelmente da etnia Terena, solicitando o

¹⁹ Paraguassu e Jarara parecem se referir a aldeias ou grupos menores que compunham estas terras indígenas.

²⁰ Terra Indígena Jaguapiré. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3701>. Acesso em 4 de julho de 2020.

²¹ Terra Indígena Jarara. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3974>. Acesso em 4 de julho de 2020.

afastamento do chefe do Posto Indígena Lalima, pelo espancamento de um indígena e por “outros procedimentos censuráveis no seio da comunidade”. O telegrama afirma que esta denúncia já havia sido feita anteriormente, porém sem resultados. As lideranças que aparecem no documento como denunciantes são os caciques Abraão Metelo (Aldeia Passarinho), Sabino de Albuquerque (Aldeia Cachoeirinha), Bernadino Pereira (Aldeia Moreira), Alcindo Faustino (Aldeia Argola), Roberto Antônio (Aldeia Morrinho) e “demais lideranças”.

Todavia, as fontes utilizadas demonstram que o conflito direto com não indígenas não era o único motivo que criava tensões no interior das comunidades. Uma lista no arquivo 145 (página 2), elenca 37 áreas indígenas em diversos estados do Brasil que representam os principais focos de conflitos entre indígenas e não indígenas em 1983. É bem verdade que a maioria dos motivos destacados mostram a presença de garimpeiros, posseiros e madeireiros, em especial na região norte, nordeste e centro-oeste. Mas o documento também destaca que naquele momento as etnias da área indígena de Dourados – Guarani, Kaiowá e Terena – sofriam com a elevada densidade demográfica, fruto das expropriações territoriais por elas sofridas e pelo confinamento a uma área não suficiente à manutenção de seus modos de vida. O documento evidencia também para o drama vivido pelos Ofayé/Xavantes do Mato Grosso do Sul e a ausência de terras para a etnia.

Considerações finais

Essa pesquisa evidenciou algumas ações que retratam a mobilização dos diversos grupos indígenas presentes na região do Mato Grosso do Sul. Esses povos adquiriram maneiras de atuação que destoam do padrão vitimizante atribuído historicamente aos indígenas, demonstrando suas leituras e interpretações aos novos contextos apresentados pelos mecanismos de monitoramento e repressão do período da ditadura militar. Dessa forma, foi possível relatar estratégias políticas distintas estabelecidas pelas etnias: aproximação junto ao órgão indigenista, cobranças e reivindicações às instâncias do poder público, conflitos e ações violentas com os não indígenas, entre outras. São ações intercruzadas dos indígenas, realizadas a partir do conhecimento dos mecanismos de funcionamento da nova ordem política militarizada.

Portanto, buscou-se não apenas enfatizar o sofrimento e as duras consequências enfrentadas pelas comunidades indígenas em decorrência das políticas indigenistas estabelecidas na ditadura militar. Obviamente, são inegáveis os danos, as violências e ameaças

promovidas pelo governo repressor aos povos indígenas em todo o Brasil. Contudo, procurou-se revelar as políticas indígenas e as estratégias originadas no seio dessas comunidades para assegurarem a posse dos seus territórios e o atendimento a outras reivindicações.

Se por um lado percebemos o quão reducionista e inverossímil é uma historiografia que, partindo do pressuposto de que os povos indígenas apenas resistiram passivos às políticas e práticas externas, acaba por reproduzir um padrão de eliminação física, étnica e que, por conseguinte, resulta em sua eliminação enquanto sujeitos históricos, por outro, cabe ressaltar o quão igualmente prejudicial será uma história exacerbadamente positivada. Pois como destacam Souza e Mortari (2016, p. 101) “ambas retiram dos sujeitos a força e as consequências sobre suas escolhas diante de relações de poder e estratégias de sobrevivência”.

Destarte, refletimos o quão importante é o cuidado, por parte do historiador que se lança ao empreendimento de retratar as relações dos povos indígenas com os períodos que lhes foram adversos, acerca das lentes interpretativas pelas quais ele traduzirá os fatos inseridos em sua problemática de pesquisa. A interpretação desses fatos não pode contribuir para uma banalização da relação entre prática e consequência, diante da atuação dos povos indígenas, nem atribuir automaticamente a eles, sem uma análise minuciosa dos significados práticos e simbólicos de suas ações, a alcunha de “bandido” ou “mocinho”.

Compreende-se então que a história não se dá como via de mão única, ou seja, ações políticas não se deram/dão apenas a partir do mundo externo para o interior das comunidades indígenas, mas compreendem uma história de via de mão dupla, em que os indígenas são devidamente sujeitos e elaboram suas estratégias políticas. Em outras palavras, as ações dos povos indígenas, em especial as retratadas no acervo estudado, não são apenas reações a elementos externos, que interferem no modo de vida de suas comunidades: são, antes de tudo, processos que engendram mudanças na sociedade envolvente. Assim sendo, os exemplos deste estudo e as reflexões tecidas junto à bibliografia proposta reverberam a articulação dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul e seu protagonismo em defesa dos seus territórios e demais interesses.

Referências

Acadêmico da UFGD é encontrado morto dentro de rio na região de Bela Vista. **Dourados News**, 2012. Disponível em: www.douradosnews.com.br/policia/lider-indigena-e-encontrado-morto-dentro-de-rio-na-regiao-de-bela-vist/456884/. Acesso em 18 de julho de 2020.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

BRASIL, 1980. **Decreto-Lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980**. Presidência da República, Casa Civil. 1980. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11767.htm. Acesso em 18 de julho de 2020.

BRASIL, 2018. **Arquivo Nacional em Brasília é um dos vencedores do selo Memória do Mundo da Unesco**. Justiça e Segurança pública. 2018. Disponível em: www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1540305605.03. Acesso em 18 de julho de 2020.

BRASIL, 2019a. **Serviço Nacional de Informações. Que República é essa?** 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/69-acervo/160-servico-nacional-de-informacoes.html>. Acesso em 18 de julho de 2020.

BRASIL, 2019b. **ASI-Funai. Que República é essa?** 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/component/content/article.html?id=170>. Acesso em 18 de julho de 2020.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2015.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HECK, Egon. **Nhanderu Marangatu: a volta à terra tradicional**. Conselho Indigenista Missionário, 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/08/37568/>. Acesso em 18 de julho de 2020.

Líder indígena é encontrado morto dentro de rio na região de Bela Vista. **Campo Grande News**, 2012. Disponível em: www.campograndenews.com.br/cidades/interior/lider-indigena-e-encontrado-morto-dentro-de-rio-na-regiao-de-bela-vista. Acesso em 18 de julho de 2020.

MATO GROSSO DO SUL, 2019. **Comunidades Indígenas**. Subsecretaria Especial de Cidadania (SECID/MS), 2019. Disponível em: <https://www.secid.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em 18 de julho de 2020.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-236.

NASCIMENTO, Marcelo Casaro. **Relação entre Tekoha, sustentabilidade e território: estudo de caso do Tekoha Carumbé na perspectiva do desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Meire Adriana da. **O Movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso Do Sul e a participação do CIMI 1978 - 2001**. 2005. 215 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados/MS, 2005.

SOUZA, Fabio Feltrin; MORTARI, Claudia (Orgs). **Histórias Africanas e afro-brasileiras: ensino, questões e perspectivas**. Tubarão, SC: Corpiart; Erechim, RS: UFFS, 2016.

Terra Indígena Jaguapiré. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3701>. Acesso em 4 de julho de 2020.

Terra Indígena Jarara. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3974>. Acesso em 4 de julho de 2020.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2011.

Recebido em 13 de junho de 2021 | Aceito em 11 de agosto de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional